



Ministério da Defesa
Secretaria-Geral (SG)
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)
SPO - Área 5 - Quadra 3 - Bloco k
70610-200 Brasília-DF
Telefone: (61) 3214-0200 e gabinete@sipam.gov.br

ACORDO DE PARCERIA PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO Nº 1/2026 - DIGER/CENSIPAM/SG-MD

**ACORDO DE PARCERIA PARA PESQUISA,
DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA E O COMANDO
DO EXÉRCITO BRASILEIRO, POR MEIO DO INSTITUTO
MILITAR DE ENGENHARIA, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.**

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (Censipam), órgão da administração central do Ministério da Defesa, com sede em Brasília-DF, no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K, CEP 70610-200, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.129.796/0001-26, neste ato representado pelo Senhor RICHARD FERNANDEZ NUNES, Diretor-Geral do Censipam, nomeado por meio da Portaria nº 1.071/CC/PR, de 29 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 1º de setembro de 2025, portador da Matrícula nº 1203280 e com a competência estabelecida no inciso III do art. 40 do Anexo XI da Portaria Normativa GM/MD nº 12, de 14 de fevereiro de 2019.

O COMANDO DO EXÉRCITO, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, por meio do **INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA (IME)**, com sede na Praça General Tibúrcio, nº 80, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.290-270, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 08.711.015/0001-70, doravante denominado simplesmente IME, neste ato representado pelo seu Comandante, General de Divisão JURACI FERREIRA GALDINO, brasileiro, nomeado em Decreto Presidencial publicado no DOU nº 57, de 25 de março de 2021, no uso das atribuições conferidas por subdelegação do Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia, de acordo com a Portaria DCT/C Ex nº 086, de 29 de dezembro de 2023; e

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE PARCERIA PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO** com a finalidade de fortalecer a cooperação entre as partes para o desenvolvimento sustentável e a defesa nacional, por meio da integração de esforços voltados à proteção e ao monitoramento da Amazônia, ao aprimoramento de capacidades técnico-científicas e à promoção da formação de recursos humanos especializados, tendo em vista o que consta do Processo n. 60090.001393/2025-03 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Art. 9º da Lei 10.973/2004, dos Arts. 35 a 37 do Decreto 9.283/2018, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 8 de maio de 2025 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo é a execução de atividades de intercâmbio de informações, a realização de estudos e pesquisas conjuntas, e a formulação de propostas e estratégias voltadas à proteção e ao monitoramento da Amazônia, à integração de capacidades de sensoriamento e análise de dados, e ao fortalecimento de iniciativas de formação e especialização de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável e a defesa nacional, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho (8583990).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados

neles contidos acatam os partícipes.

Subcláusula única. Poderão ser realizados por apostilamento os ajustes no Plano de Trabalho que não alterem elementos essenciais do acordo, incluindo alterações operacionais ou de detalhamento, como redistribuição de tarefas, atualização de cronograma dentro da vigência, substituição de pesquisadores, ajustes na quantidade de insumos ou outras modificações de baixo impacto que não impliquem extensão de prazo ou alteração do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações do objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe ou terceiros, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- i) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI), obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- k) Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo;
- l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso; e
- m) Os partícipes firmarão, quando for o caso, instrumentos específicos decorrentes das ações, projetos ou atividades resultantes deste Acordo, quando necessário à sua adequada execução, observadas as competências e normas aplicáveis de cada instituição.

Subcláusula única. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO IME

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Instituto Militar de Engenharia:

- a) elaborar, em parceria com o Censipam, projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) voltados ao monitoramento ambiental, defesa e segurança da Amazônia;
- b) apoiar o aprimoramento de algoritmos, modelos e ferramentas de integração e análise de dados provenientes de sensoriamento remoto, radares e plataformas de coleta de dados;
- c) promover cursos, treinamentos e programas de formação e pós-graduação voltados às áreas de engenharia, ciência de dados e tecnologias de defesa aplicáveis às atividades do Censipam;
- d) receber servidores e pesquisadores do Censipam em atividades de capacitação e intercâmbio técnico;
- e) colaborar no desenvolvimento e validação de protótipos e sistemas experimentais de interesse comum;
- f) compartilhar, de forma controlada e conforme a legislação vigente, conhecimentos técnicos, dados e informações que contribuam para os objetivos deste Acordo; e
- g) designar representantes para acompanhar, supervisionar e avaliar a execução das ações previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CENSIPAM

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Censipam:

- a) disponibilizar dados, informações e infraestrutura tecnológica que possam apoiar os projetos elaborados em parceria com o IME;
- b) colaborar na concepção de projetos conjuntos de P&D e na aplicação prática dos resultados obtidos;

- c) apoiar o IME no acesso a áreas, instalações e sistemas sob sua responsabilidade, quando necessário à execução das atividades previstas;
- d) indicar servidores e técnicos para participação em projetos, capacitações e grupos de trabalho;
- e) participar da elaboração e difusão de publicações técnicas e científicas resultantes da cooperação; e
- f) apoiar, sempre que possível, a divulgação institucional das ações conjuntas desenvolvidas sob este Acordo.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ACORDO

No prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente Acordo, cada partícipe designará formalmente o responsável titular e respectivo suplente, preferencialmente servidores públicos, para acompanhar a execução e o cumprimento do objeto do Acordo.

Subcláusula primeira. Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Subcláusula primeira. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

Subcláusula única. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo será de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITOS INTELECTUAIS

Os direitos intelectuais eventualmente gerados se sujeitarão às regras da legislação específica.

Subcláusula primeira. Mediante instrumento próprio, que deverá acompanhar o presente, devem ser acordados entre os mesmos o disciplinamento quanto ao procedimento para o reconhecimento do direito, a fruição, a utilização, a disponibilização e a confidencialidade, quando necessária.

Subcláusula segunda. Os direitos serão conferidos igualmente aos partícipes, cuja atuação deverá ser em conjunto, salvo se estipulado de forma diversa.

Subcláusula terceira. A divulgação do produto da parceria depende do consentimento prévio dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ENCERRAMENTO

O presente Acordo será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, os partícipes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Acordo fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula única. Os PARTÍCIPIES deverão publicar o inteiro teor deste Acordo na página de seus respectivos sítios oficiais na internet, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da sua assinatura. o prazo de 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por consentimento, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília/DF, na data de assinatura.

RICHARD FERNANDEZ NUNES
Diretor-Geral do Censipam

Gen Div JURACI FERREIRA GALDINO
Comandante do IME



Documento assinado eletronicamente por **Richard Fernandez Nunes, Diretor-Geral**, em 19/01/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Ferreira Galdino, Usuário Externo**, em 22/01/2026, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **8597859** e o código CRC **34882491**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
SPO - Área 5 - Quadra 3 - Bloco K
70610-200 Brasília-DF
Telefone: (61)3214-0200 e gabinete@sipam.gov.br

PLANO DE TRABALHO - PT Nº 1/ 2026 - DIGER

I - DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1					
Unidade:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)			CNPJ:	07.129.796/0001-26
Endereço:	Setor Policial Sul - Área 5 - Quadra 3 - Bloco K				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	70.610-200
DDD/Telefone:	(61) 3214-0200				
Esfera Administrativa:	Federal				
Responsável:	RICHARD FERNANDEZ NUNES				
Cargo/Função:	Diretor-Geral do CENSIPAM				
Matrícula:	120328				

PARTÍCIPE 2					
Unidade:	Instituto Militar de Engenharia (IME)			CNPJ:	08.711.015/0001-70
Endereço:	Praça General Tibúrcio, nº 80, Praia Vermelha				
Cidade:	Rio de Janeiro	UF:	RJ	CEP:	22.2290-270
DDD/Telefone:	(21) 2546-7257				
Esfera Administrativa:	Federal				
Responsável:	General de Divisão JURACI FERREIRA GALDINO				
Cargo/Função:	Diretor Presidente				
CPF/RG:	CPF nº ***142.484-** e RG nº ***,622.31**				

II - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título:	Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, para Integração de Capacidades em Sensoriamento, Monitoramento e Formação de Recursos Humanos voltadas à Proteção da Amazônia e à Defesa Nacional.
Processo NUP:	60090.001393/2025-03
Início (mês/ano):	JAN 2026
Término (mês/ano):	DEZ 2030
Objeto:	Promover a execução de atividades de intercâmbio de informações, a realização de estudos e a formulação conjunta de propostas e estratégias voltadas à proteção e ao monitoramento da Amazônia, à integração de capacidades de sensoriamento e análise de dados, e ao fortalecimento de iniciativas de formação e especialização de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável e a defesa nacional.

III - DIAGNÓSTICO

A Amazônia representa um território de importância estratégica para o Brasil, tanto sob a perspectiva da defesa e da soberania nacional quanto do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental. O avanço das fronteiras tecnológicas, aliado à crescente complexidade dos desafios regionais, impõe a necessidade de integração entre instituições de ciência, tecnologia e inovação, de modo a potencializar a geração e o uso do conhecimento em benefício do País.

Nesse contexto, o Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) compartilham objetivos convergentes na promoção da pesquisa aplicada, na formação de recursos humanos especializados e na utilização de tecnologias avançadas para o monitoramento e a proteção da Amazônia Legal.

A articulação entre o IME e o Censipam, respeitadas suas competências institucionais, constitui uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras voltadas à defesa, à sustentabilidade e à integração territorial da Amazônia. Essa cooperação contribui, ainda, para a implantação do Instituto de Pesquisas do Exército na Amazônia (IPEAM), ampliando a presença científica e tecnológica do Exército Brasileiro na região e fortalecendo as capacidades institucionais dos participantes.

IV - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo de Parceria será executado por meio da articulação entre as estruturas institucionais e os recursos humanos do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e do Instituto Militar de Engenharia (IME), envolvendo prioritariamente áreas técnicas e estratégicas relacionadas à ciência, tecnologia, inovação, defesa e sustentabilidade amazônica.

As ações previstas abrangem a promoção de atividades de monitoramento ambiental, bem como o intercâmbio de informações, conhecimentos e boas práticas que contribuam para o fortalecimento das capacidades institucionais e operacionais dos participantes.

O escopo da cooperação inclui, ainda, o apoio técnico-científico à implantação do Instituto de Pesquisas do Exército na Amazônia (IPEAM), a integração de pesquisadores e engenheiros do IME em atividades desenvolvidas no âmbito do Censipam, e a realização de estudos, cursos, oficinas e outras ações colaborativas voltadas à geração de soluções tecnológicas aplicáveis à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

V - JUSTIFICATIVA

A formalização do presente Acordo de Parceria justifica-se pela convergência de interesses entre o Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) no fortalecimento de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação em áreas estratégicas de interesse nacional, com ênfase na proteção e no desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

O Censipam, órgão da administração central do Ministério da Defesa, atua na integração de informações e na geração de conhecimento voltados ao monitoramento ambiental, à proteção da soberania e à coordenação de ações interinstitucionais na região amazônica. O IME, por sua vez, é uma instituição de ensino e pesquisa de excelência, responsável pela formação de engenheiros e pelo desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional. A união dessas competências constitui uma oportunidade estratégica para o fortalecimento da presença científica e tecnológica do Exército Brasileiro na Amazônia, contribuindo diretamente para a implantação do Instituto de Pesquisas do Exército na Amazônia (IPEAM).

As ações previstas serão desenvolvidas em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência —, bem como com as missões institucionais do IME e do Censipam. A cooperação proposta visa fomentar o intercâmbio técnico, o compartilhamento de dados e a formulação de projetos conjuntos nas áreas de sensoriamento remoto, modelagem ambiental, ciência de dados, engenharia e tecnologias de defesa, fortalecendo as capacidades de monitoramento e resposta aos desafios da Amazônia Legal.

Dessa forma, o presente instrumento materializa os objetivos comuns de ambas as instituições, promovendo a integração de esforços civis e militares em prol da geração de conhecimento, da inovação e da sustentabilidade amazônica, dentro dos marcos legais e éticos aplicáveis.

VI - OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A) Objetivo Geral

Estabelecer cooperação institucional entre o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e o Instituto Militar de Engenharia (IME), com a finalidade de fortalecer a cooperação entre as partes para o desenvolvimento sustentável e a defesa nacional, por meio da integração de esforços voltados à proteção e ao monitoramento da Amazônia, ao aprimoramento de capacidades técnico-científicas e à promoção da formação de recursos humanos especializados.

B) Objetivos Específicos

- I. Promover a troca de informações, conhecimentos e experiências técnicas entre as instituições, em áreas de interesse comum relacionadas à defesa, sustentabilidade e monitoramento da Amazônia Legal;
- II. Apoiar a concepção, estruturação e implantação do Instituto de Pesquisas do Exército na Amazônia (IPEAM), por meio do compartilhamento de informações, infraestrutura e conhecimentos técnicos;
- III. Promover o intercâmbio técnico e científico entre pesquisadores, engenheiros e analistas das instituições participantes, visando à formação e à capacitação de recursos humanos especializados em tecnologias estratégicas;
- IV. Integrar esforços no desenvolvimento e aplicação de sistemas de sensoriamento remoto, modelagem ambiental, ciência de dados e inteligência artificial voltados ao monitoramento e à proteção da Amazônia;
- V. Estimular a geração e a difusão de conhecimento científico e tecnológico, mediante a realização de estudos, publicações, seminários, workshops e treinamentos conjuntos;
- VI. Consolidar um ambiente de colaboração institucional entre o IME e o Censipam, fortalecendo as capacidades nacionais em ciência, tecnologia e inovação em defesa e sustentabilidade;
- VII. Contribuir para o fortalecimento da presença científica e tecnológica do Exército Brasileiro na região amazônica, ampliando a integração entre as iniciativas do IME, do Censipam e do IPEAM.

VII - METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A execução das atividades previstas neste Plano de Trabalho será realizada de forma colaborativa e integrada entre o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e o Instituto Militar de Engenharia (IME), observadas as atribuições institucionais de cada participante e em estrita conformidade com o Acordo de Parceria firmado entre as partes.

1. Forma de Colaboração

A cooperação entre o Censipam e o IME ocorrerá por meio de:

- a) constituição de grupos técnicos de trabalho (GTs) para planejamento, execução e avaliação das ações conjuntas;
- b) compartilhamento de informações e dados técnicos, observadas as normas de segurança e sigilo aplicáveis;
- c) intercâmbio de profissionais para fomentar atividades específicas de P&D, capacitação e validação de resultados;
- d) utilização conjunta de infraestrutura laboratorial, tecnológica e logística, sem transferência de recursos financeiros;
- e) reuniões periódicas de acompanhamento e avaliação, conduzidas por representantes designados de ambos os participantes;
- f) elaboração de relatórios técnicos conjuntos, consolidando as etapas e resultados obtidos.

2. Responsabilidades dos Participantes

a) Instituto Militar de Engenharia (IME):

- Coordenar, em conjunto com o Censipam, o planejamento técnico das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- Designar docentes, pesquisadores e engenheiros para atuação nos grupos técnicos de trabalho;
- Apoiar o desenvolvimento e validação de algoritmos, modelos e ferramentas de integração e análise de dados;
- Promover capacitações, cursos e treinamentos voltados às áreas de engenharia, sensoriamento remoto, ciência de dados e tecnologias de defesa;
- Contribuir para a elaboração de relatórios, artigos e publicações técnicas decorrentes das ações executadas; e
- Supervisionar o cumprimento do cronograma e dos objetivos previstos no plano de trabalho.

b) Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam):

- Disponibilizar dados, informações e infraestrutura tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades conjuntas;
- Apoiar logisticamente o IME no acesso a áreas e sistemas sob sua responsabilidade;
- Designar servidores e técnicos especializados para participar das ações previstas;
- Colaborar na análise e integração dos resultados técnicos, bem como na aplicação prática das soluções desenvolvidas; e
- Apoiar a difusão dos resultados e a divulgação institucional das ações conjuntas.

VIII - UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE PARCERIA PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Unidade:	No Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
Responsável:	SHELTON FURTADO SALAZAR
Contatos:	(61) 3214-0200, Ramal: 613 - shelton.salazar@sipam.gov.br
Unidade:	No Instituto Militar de Engenharia
Responsável:	Coronel BRUNO COSTA MARINHO
Contatos:	(21) 98149-3930 – marinho@bruno.ime.eb.br

IX - RESULTADOS ESPERADOS

- Integração operacional entre o Censipam e o IME, com compartilhamento de informações, infraestrutura e apoio técnico-científico em projetos de interesse comum.
- Atuação conjunta para identificação de soluções tecnológicas de defesa, monitoramento ambiental, sustentabilidade e inovação tecnológica na Amazônia.
- Apoio técnico e institucional do Censipam à consolidação do IPEAM como polo de pesquisas do Exército na Região Amazônica.
- Criação de um ambiente de experimentação e validação tecnológica, utilizando as capacidades do Censipam em sensoriamento remoto, processamento de dados e integração de sistemas.
- Fortalecimento da presença científica e institucional do Exército na Amazônia, por meio da atuação coordenada entre IME, IPEAM e Censipam.
- Promoção de atividades de capacitação e intercâmbio técnico, envolvendo militares, pesquisadores e servidores civis das duas instituições.
- Produção de relatórios técnicos, publicações e indicadores de desempenho, que subsidiem futuras ações de cooperação e investimentos estratégicos na região.

X - PLANO DE AÇÃO

METAS		AÇÃO	RESPONSÁVEL	PERÍODO
1	Formalizar o termo de cessão da área para instalação do IPEAM nas dependências do Centro Regional de Manaus do Censipam.	- Elaborar, revisar e assinar o termo de cessão, observadas as normas legais e administrativas aplicáveis.	IME / Censipam	JAN 2026
2	Instalar o IPEAM nas dependências do Centro Regional de Manaus do Censipam.	- Executar as adequações físicas necessárias. - Implantar a infraestrutura básica e administrativa. - Realizar a alocação inicial de pessoal e equipamentos. - Formalizar o início das atividades institucionais do IPEAM.	IME	FEV a MAR 2026
3	Estruturar o plano de pesquisa e inovação conjunto IME-Censipam.	- Mapear áreas temáticas de interesse comum. - Selecionar projetos prioritários e constituir equipes técnicas integradas. - Definir metas, cronograma e indicadores de desempenho.	IME / Censipam	JAN a JUN 2026
4	Iniciar a concepção de projetos de PD&I vinculados à implantação do IPEAM.	- Formular projetos-piloto de pesquisa aplicada e inovação tecnológica. - Utilizar infraestrutura e dados disponibilizados pelo Censipam. - Avaliar resultados e consolidar linhas permanentes de pesquisa.	IME / Censipam	JAN a JUN 2026
5	Promover ações de capacitação e intercâmbio técnico-científico.	- Realizar cursos, workshops e seminários técnicos nas instalações do Censipam e do IME. - Estimular a formação de redes de pesquisa e de cooperação acadêmico-militar.	IME / Censipam	2026 a 2030, conforme demanda
6	Fortalecer a cooperação institucional e ampliar a rede de parcerias.	- Estabelecer cooperações complementares com ICTs, universidades e órgãos públicos. - Buscar editais e fontes de fomento para projetos conjuntos. - Participar de fóruns e eventos estratégicos na área de CT&I.	IME / Censipam	Continuamente durante toda a vigência do Acordo
7	Difundir os resultados e produtos tecnológicos da cooperação.	- Elaborar publicações técnicas e científicas conjuntas. - Produzir relatórios de impacto e boas práticas de cooperação. - Promover a divulgação institucional e o intercâmbio de conhecimento	IME / Censipam	Continuamente durante toda a vigência do Acordo.
8	Realizar reuniões e avaliações periódicas do Acordo.	- Conduzir reuniões semestrais de acompanhamento. - Elaborar relatórios anuais de execução do plano de trabalho. - Avaliar indicadores e revisar metas.	IME / Censipam	Semestralmente até OUT 2030

Brasília, na data de assinatura.

RICHARD FERNANDEZ NUNES
Diretor-Geral do Censipam

Gen Div JURACI FERREIRA GALDINO
Comandante do IME



Documento assinado eletronicamente por **Richard Fernandez Nunes, Diretor-Geral**, em 19/01/2026, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Ferreira Galdino, Usuário Externo**, em 22/01/2026, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **8583990** e o código CRC **BC2FEED4**.